

Análise do emprego do Método de Preocupação Compartilhada (Método Pikas) em uma situação de maus-tratos entre pares

Analysis of the use of the Shared Concern Method (Pikas Method) in a situation of abuse among peers

Daniel Rodrigo Pereira Veras, formado em educação física, é pedagogo, pós-graduado em Educação Física Escolar (UNIFMU) e Convivência Ética na Escola (Instituto Vera Cruz).

Contato: verasdaniel@hotmail.com

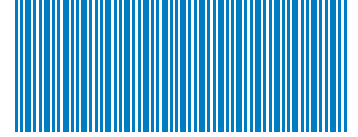
Thais Bozza, mestre em Educação e doutoranda pela UNICAMP, integrante do GEPEM (Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral - UNESP/UNICAMP).

Contato: thaisbozza@hotmail.com

Resumo

O Método de Preocupação Compartilhada, desenvolvido pelo pesquisador Anatol Pikas, é indicado para intervir nas situações de violência entre pares (bullying). Este relato de experiência tem como objetivo analisar e discutir a aplicabilidade do Método a partir do registro de uma situação ocorrida entre jovens de 13 e 14 anos. Foram elaboradas duas categorias de análise para avaliar o emprego do procedimento: estrutura física e pessoal da instituição participante e a atuação do mediador. A análise realizada indica uma correspondência parcial entre as etapas do Método e a ação desenvolvida. Enfatizamos que, à luz dos estudos em educação moral, esse método é indicado como intervenção ao bullying.

Palavras-chave: Bullying. Método de Preocupação Compartilhada. Método Pikas.



Abstract

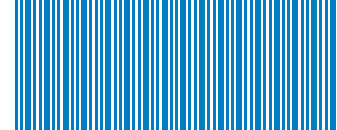
The Shared Concern Method, developed by Anatol Pikas, is indicated when intervention in situations of violence among peers (bullying) is needed. The objective of this report is to analyze and discuss the applicability of the method based on a real experience of a situation that occurred among 13 and 14 year-old youngsters. Two categories were analyzed to evaluate the use of the procedure: physical and personal structures of the participating institution and the role of the mediator. That analysis showed a partial relation between the steps of the method and the action taken. We emphasize that, according to the studies in moral education, that method is indicated as a bullying intervention.

Keywords: Bullying. Shared Concern Method. Pikas method.

Introdução

Os conflitos interpessoais são fenômenos naturais em todos os ambientes em que há convivência, tanto em espaços públicos, como na escola, quanto em espaços privados, como o ambiente familiar. Porém, na perspectiva de muitos, esse momento de instabilidade e desequilíbrio é visto como algo negativo, o que os leva a agir de forma impulsiva, agressiva, para contê-los ou evitá-los. Contudo, a partir dos pressupostos da teoria construtivista piagetiana, os conflitos são necessários para o desenvolvimento humano, pois oferecem oportunidades de aprendizado de valores e regras, que podem favorecer o processo de autorregulação de nossas ações ou emoções.

No ambiente escolar, apesar da existência e frequência dos conflitos, alguns educadores sentem-se inseguros para lidar e resolver essas situações e, logo, investem parte do tempo acompanhando os estudantes, resolvendo os problemas rapidamente e, muitas vezes, agindo impulsivamente (RAMOS, 2013). Ademais, é comum observarmos o emprego das mesmas sanções, como castigos, advertências e suspensões, para lidar com os conflitos de naturezas diferentes. São sanções expiatórias que, segundo Piaget (1994), se caracterizam pela arbitrariedade, pois não demonstram relação entre o conteúdo da pena e a natureza do fato punido. Esse tipo de medida é pouco educativa, pois alija o educando da oportunidade de desenvolver a assertividade para a resolução de conflitos e, ainda, contribui para a manutenção da



heteronomia moral, estágio do desenvolvimento em que o sujeito depende de um agente externo para o respeito às regras e controle das emoções.

Diferente dos conflitos interpessoais, que são naturais nas relações, o bullying¹ é um tipo de violência recorrente em ambientes em que a relação entre pares é intensificada, muitas vezes confundido com um conflito comum. No entanto, apresenta características próprias, como repetição, intencionalidade, desigualdades de poder entre autor e alvo, um alvo frágil e um público que assiste às situações de violência. Temos visto que educadores apresentam dificuldades para lidar com fenômenos dessa natureza – e mais: é um tipo de violência velada, que ocorre entre pares e, muitas vezes, as agressões se manifestam longe dos olhos da autoridade, indicando a necessidade de a escola adotar mecanismos de diagnóstico para a identificação do problema. Ademais, poucas vezes são realizadas intervenções eficazes, tanto para a prevenção, quanto para o combate a esse tipo de violência.

Diante desse cenário, buscamos estudos que apresentem ações acertadas para que os educadores possam lidar com a violência entre pares na escola. Estudos apresentados por Pikas (2020), Jiménez, Castellanos e Chaux (2009), Avilés (2011), Pikas e Tognetta (2013), Tognetta (2020) indicam, entre outras estratégias efetivas para mediar e intervir nos casos de bullying, o Método de Preocupação Compartilhada (MPC). Trata-se de um método de intervenção, desenvolvido por Anatol Pikas (1989), dirigido à discussão de comportamentos agressivos em grupos de alunos ou autores de bullying. É indicado aos casos em que há suspeita ou confirmação de uma situação de bullying, cujo objetivo é reindividualizar os envolvidos, uma vez que a dinâmica da intimidação envolve, muitas vezes, mais que um autor (geralmente há um grupo que agride).

Dessa forma, propomos neste artigo analisar e discutir a aplicabilidade do MPC a partir de um relato de experiência de um caso em que havia a suspeita de bullying, envolvendo alunos de 13 e 14 anos de uma escola particular da cidade de São Paulo. Para avaliar o emprego do procedimento, elaboramos duas categorias de análise: estrutura física e pessoal da instituição participante e a atuação do mediador. A análise realizada indicou uma correspondência parcial entre as etapas do Método² e a ação desenvolvida, como descreveremos neste artigo.

1. Optamos por escrever a palavra bullying sem fonte em itálico, pois há um consenso entre as pesquisas mais recentes do Brasil que, justamente por ser uma expressão que não tem tradução em português, faz parte de nossa língua.

2. Optamos pela utilização desta grafia da palavra Método por se tratar de um conceito específico.



Revisão de literatura

No Brasil, a presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei 13.185/2015, de Combate a Intimidação Sistemática (bullying). Nesse documento, em seu primeiro parágrafo, a prática é definida como “[...] todo o ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em relação de desequilíbrio de poder entre as partes [...]” (BRASIL, 2015).

A partir da aprovação dessa legislatura, as instituições devem desenvolver práticas de conscientização, prevenção, diagnóstico e combate ao bullying e ao cyberbullying, violência praticada na internet e redes sociais virtuais. Dessa forma, é de responsabilidade das instituições públicas e privadas promover ações para que seja cumprida tal determinação por meio da prevenção e atuação nessas situações.

Para que as ações sejam efetivas no combate e prevenção ao bullying, é necessário primeiramente diferenciar esse fenômeno dos outros problemas de convivência que existem na escola. Nem todas as desordens nas relações interpessoais têm a mesma natureza; há incidentes de caráter perturbador, como as provocações, incivildades e indisciplina; e há aqueles de caráter violento, como agressões físicas, depredações, assédio e bullying.

Entre as manifestações perturbadoras, a indisciplina é uma das mais recorrentes. Segundo Garcia (2006, p. 124), “[...] em contraste à noção de disciplina, esse conceito se articula à noção de ruptura e negação de esquemas norteadores e reguladores da escola”. A atitude interfere diretamente na relação professor-aluno ou no aprendizado, como jogar cartas durante a aula.

Outro incidente de caráter perturbador é a incivildade (ou microviolência), que, de acordo com Debarbieux (2006 apud OLIVEIRA, 2015), ocorre quando o indivíduo quebra o código de boas maneiras, as regras de boa convivência. São atos que causam desordem nas relações sociais, como barulho, gritos, empurrões e impolidez.

A provocação é uma das principais causas de conflitos entre adolescentes (OLIVEIRA, 2015). É caracterizada como incivildade e está relacionada, em alguns momentos, à interação social entre os jovens, pois podem utilizar essa forma de comunicação para socializar, flertar, passar o tempo etc. Para Keltner et al. (2001),



a provocação tem dois componentes: hostilidade e humor, pois, ao mesmo tempo que pode ser vista como “brincadeira”, tem a intenção de agredir, o que faz esse tipo de conflito ser tão ambíguo e, às vezes, ser confundido com o bullying. Shapiro et al. (1991 apud OLIVEIRA, 2015, p. 101) acrescentam que as táticas indiretas, ou seja, as insinuações, metáforas e o tom de humor, “visam proteger a imagem do provocador para que ele não pareça mal-educado ou agressivo aos olhos do outro, uma vez que, com pequenas variações de tom, a provocação pode humilhar ou assediar”. Na adolescência, esse tipo de conflito aumenta, pois há a necessidade de aceitação e aprovação do grupo (MARQUES, 2015) e estas passam a ser nas entrelinhas, porém, são dolorosas, atingindo o ponto vulnerável do alvo, geralmente uma característica física (OLIVEIRA, 2015). Leme (2009) mostra, em suas pesquisas, que as provocações veladas são mais frequentes do que as explícitas, como agressão física, e ocorrem em locais de observação também mais complexos, como pátio, corredores e saída da escola, dificilmente sendo identificadas.

Outro tipo de problema de convivência é a violência, que se caracteriza por atos agressivos intencionais que supõem força e provocam dano e destruição; é aquela dirigida diretamente à instituição, aos que fazem parte dela ou a representam (pessoas ou coisas). Há situações de violência que infringem o código penal, como: lesões, extorsão, tráfico de drogas na escola, agressões físicas, furto, depredação, porte de arma, abuso sexual etc. Por sua vez, há situações de violência branda, como: furtos e depredações de pouca significância, insultos, atos que visam a humilhar, difamação e bolinagem (VINHA et al., 2017).

O conceito do bullying traz algumas características primordiais, como as que apresentaremos a seguir. Segundo Bozza, Vinha e Tognetta (2014), esse tipo de violência ocorre entre pares, ou seja, os envolvidos estão no mesmo nível hierárquico de autoridade, não há desequilíbrio de poder instituído – isso significa que uma ofensa de um professor a um estudante ou a recíproca não caracteriza o bullying e, sim, assédio moral. A segunda característica é a repetição, as agressões não são isoladas e sim sistemáticas com o mesmo alvo, podendo ser diárias. O alvo pode sofrer diferentes tipos de agressões, sendo verbais, físicas, morais, sexuais e psicológicas (TOGNETTA; VINHA; AVILÉS, 2014).

A terceira característica é a intencionalidade das agressões. O autor não elege o alvo de forma aleatória, quem é vítima se vê com menos valor devido às razões psicológicas e parece concordar



com a imagem que seus pares fazem dela, apresentando muitas vezes pouca habilidade para se defender das agressões (TOGNETTA; VINHA, 2010b).

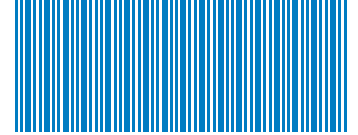
A necessidade do autor em manter boa imagem diante dos pares é a última característica que compõe o bullying. O autor humilha ou rebaixa o outro perante os pares, fato este que o faz geralmente ser popular no ambiente escolar. Os espectadores são personagens importantes nesse processo, pois são a maioria e suas atitudes podem tanto combater quanto potencializar as situações de maus-tratos entre iguais.

Muitas instituições (BRASIL, 2018) têm se preocupado em conter situações de bullying, muitas vezes tomando medidas combativas após a situação já ter se instaurado ou atuando em casos em que o alvo já está bastante fragilizado e, às vezes, é tarde demais para poder tomar medidas reparadoras. Por isso ressaltamos, também, a necessidade de prevenção ao bullying.

Na perspectiva adotada por nós, bullying é um problema moral, ou seja, os autores carecem de sensibilidade moral e possuem uma hierarquia de valores invertida, isto é, os valores não morais, como beleza, fama, vaidade, sucesso financeiro, são mais fortes e predominantes em sua personalidade e se sobressaem aos valores morais, como tolerância, justiça e respeito, generosidade, entre outros. Por isso, o trabalho educativo precisa atuar também no fomento dos valores morais desejáveis para uma convivência ética (TOGNETTA; VINHA; AVILÉS, 2014). Há, ainda, a necessidade de investimento por parte da escola na formação de todos os envolvidos na educação dos estudantes: professores, gestores, funcionários e famílias, para que possam conhecer as características, saber identificar e atuar nas situações de violência.

A proposta de intervenção aos casos de bullying

Estudos nacionais e internacionais (AVILÉS, 2011; JIMÉNEZ; CASTELLANOS; CHAUX, 2009; PIKAS; TOGNETTA, 2013) têm apontado ações mais efetivas para mediar e intervir nos casos de bullying. Desde os anos 1990, quando Dan Olweus, estudioso sueco, publicou o livro *Bullying at school: What we know and what we can do*, o tema tem sido debatido. Nas palavras do autor, bullying é definido quando um indivíduo ou um grupo agride de maneira repetitiva a outra pessoa e esta não tem condições de se defender sozinha por conta do desequilíbrio de poderes (OLWEUS, 1998).



É um consenso entre os pesquisadores (BOZZA; VINHA; TOGNETTA, 2014; SILVA, 2015; TOGNETTA, 2015) que estudam o fenômeno bullying a necessidade do combate e da prevenção a partir do fomento da empatia e do trabalho com valores morais, para que os indivíduos se sensibilizem e se coloquem no lugar do outro, percebam que há diferentes pontos de vista e que o respeito ao ser humano é algo inegociável. São ações que devem permear as relações na escola, mas, também, podem ser trabalhadas de forma intencional com o objetivo de oportunizar a apropriação racional de valores morais. Porém, se a situação está posta, e o caso se configura como bullying ou suspeita de bullying, como proceder?

Os autores Jiménez, Castellanos e Chaux (2009) afirmam que existem poucos programas sistematizados de auxílio aos alvos e autores de intimidação e, por isso, as instituições e as pessoas envolvidas não sabem que atitude tomar e como intervir nos casos. Com o intuito de contribuir para o aumento do acervo de ferramentas para tratar de forma assertiva o tema, apresentaremos o Método de Preocupação Compartilhada (MPC), desenvolvido por Anatol Pikas, professor na Universidade de Uppsala, na Suécia. Este é um método de intervenção para casos em que um ou mais jovens são suspeitos de agredirem, moral ou fisicamente, outro(s) jovem(ns) de forma regular por um período (AVILÉS, 2011).

O MPC é indicado para jovens de 9 a 16 anos e consiste em uma série de entrevistas individuais, com tempo aproximado de 7 minutos para cada pessoa no primeiro momento e 3 minutos durante os encontros de acompanhamento. As entrevistas ocorrem somente após a coleta das informações suficientes para identificação do tipo de problema de convivência, bem como os envolvidos diretamente na situação, os episódios antecedentes relevantes, os locais em que ocorrem os maus-tratos e a gravidade da situação. Têm como objetivo principal fazer com que o(s) suspeito(s) tomem conhecimento de fatos que participam do sofrimento do alvo e proponham ações de mudança de comportamento diante dos pares. Segundo Pikas e Tognetta (2013), as conversas são iniciadas com o líder do grupo de autores suspeitos, para criar uma relação de confiança entre ele e o educador responsável pela intervenção e minimizar o poder que tem quando está em grupo.

Na sequência, são realizadas as sessões com o alvo, nas quais os objetivos principais são: oportunizar momentos para que



possa expressar e ter seus sentimentos reconhecidos, elaborar estratégias de ação mais assertivas para lidar com os suspeitos e refletir sobre as propostas de mudança de conduta elaboradas por eles. É somente na última etapa que é feita uma reunião com todos os suspeitos juntos (quando os maus-tratos são cometidos por esse grupo) para apresentar soluções efetivas comuns para o problema e valorização do alvo. Ao final, há um encontro entre todos os envolvidos, se o alvo estiver fortalecido emocionalmente, para que cheguem a uma definição compartilhada. Segundo Pikas (2002), em casos mais simples, o acordo entre as partes já pode ter sido preparado durante a etapa das entrevistas individuais, porém, em casos mais complexos, o mediador pode ter quatro ou cinco reuniões preparatórias antes da reunião final. Periodicamente, o mediador pode solicitar novos encontros para verificar como está a relação entre eles e o cumprimento do acordo.

O processo inicia-se com a suspeita de um caso de bullying. O primeiro passo é, então, colher informações para análise da situação. O educador, que cuidará de todas as etapas, deve primeiramente entrar em contato individualmente com alunos “neutros” que se relacionam com os suspeitos e outros adultos da escola, como professores, tutores, auxiliares de pátio, que podem contribuir para a identificação dos envolvidos. Levantadas todas as informações suficientes para definição do problema e constatada a violência sistemática entre pares, abre-se, então, o protocolo de intervenção com as entrevistas individuais (AVILÉS, 2011).

Sobre as entrevistas individuais com os diretamente envolvidos, é necessário esclarecer que os autores e coautores sempre serão indicados deste ponto em diante como “suspeitos”, e não como agressores, pois o propósito do Método de Preocupação Compartilhada não é buscar um culpado. Além de ser contraproducente, o grande objetivo é que as relações se tornem mais positivas e os maus-tratos sejam reparados, sendo a grande vantagem que a solução para o problema seja COMPARTILHADA entre todos os envolvidos, inclusive com o próprio alvo, que, em muitos dos casos, potencializa o problema com seu comportamento pouco assertivo – passivo demais ou provocador (TOGNETTA, 2020, p. 77).

Na etapa seguinte, o educador que atuará deverá se preparar, tomando conhecimento de todas as características e etapas do processo, cuidando para manter uma posição neutra diante dos envolvidos e evitando tomar partido do alvo diante do grupo. Além disso, deve estar calmo e tranquilo para as entrevistas. Os estudantes devem ser chamados um de cada vez, todos no mesmo período, e não devem se comunicar antes que todos sejam



entrevistados, o ambiente deve ser tranquilo para que não haja interrupções, todos devem estar no mesmo nível e, de preferência, em uma mesa redonda.

O mediador pode seguir um protocolo de questões ou afirmações, tais como: “Gostaria de falar com você pois sei que (alvo) está tendo problemas”; e “O que sabe sobre isso que está acontecendo com (alvo)...?”. É importante deixar o intimidador se expressar, não dar opções de respostas ou responder por ele, por mais que isso leve um tempo maior do que o previsto. Se ele não estiver colaborando, pode-se deixar a entrevista para outro dia, com a seguinte fala: “Acho que por hoje é o suficiente, pode voltar para sua sala, talvez no próximo encontro você conseguirá falar”. Nas situações em que o suspeito relata o caso, o educador deve incentivá-lo a buscar a reparação e soluções para a intimidação, podendo falar, por exemplo: “Bom, já conversamos bastante sobre a situação. O que podemos fazer para ajudar?”. Caso não haja resposta, ou o entrevistado não consiga chegar em uma solução possível, o mediador poderá sugerir a ele algumas opções, com a sua permissão, como: “Tenho uma ideia, gostaria de ouvir?”.

O diálogo é utilizado durante todo o processo para a busca de possíveis soluções, apontadas pelos próprios autores e, em muitas ocasiões, nessas primeiras entrevistas, chega-se ao resultado com a mudança de atitude. Segundo Pikas (2002), se o autor suspeito de intimidação tem um sentimento de responsabilidade espontâneo, o mediador tem um bom caminho para uma solução construtiva. Como as entrevistas são individuais, é possível que em cada uma delas haja uma solução diferente para o problema, e essas soluções serão retomadas nos próximos encontros.

Um cuidado a ser tomado pelo educador, durante a primeira etapa de entrevistas com os suspeitos, é garantir que eles não se comuniquem entre uma entrevista e outra para evitar combinados de falas ou atitudes. Isso é feito com o auxílio de um funcionário da escola, que acompanha os estudantes, um por vez, da sala de aula à sala de entrevista e, também, no caminho inverso.

A entrevista inicial pode sofrer algumas alterações que Avilés (2011) chama de *variações*; caso o autor ofereça uma solução impossível ou que não se encaixe na situação, não se deve negatizar e, sim, fazer com que ele reflita e busque uma opção adequada, que realmente represente respeito ao outro. Pode-se questionar por exemplo: “Você acredita que isso pode fazer com que a intimidação pare?”. Além disso, pode acontecer de o aluno



sugerir uma solução que dependa de outras pessoas e, nesse caso, o educador deve ser firme e dizer que se refere a alguma atitude que ele mesmo possa fazer sem depender de outras pessoas; e, por fim, se o estudante nega o envolvimento na situação, o mediador deve retomar todo o contexto, afirmar descritivamente o que sabe sobre o caso, comunicar o sofrimento do alvo e, ao primeiro sinal de “meia culpa”, retomar o roteiro da entrevista. Porém, se o autor se defende, dizendo que o alvo tem uma conduta provocativa e, por isso, ele tem esse comportamento perante o outro, não se deve rechaçar essa fala, tampouco ignorar estes sentimentos e repetir afirmando que, neste momento, o alvo está passando por momentos difíceis na escola e precisa se sentir seguro.

A entrevista com o alvo deve ser realizada por último, para não correr o risco de os suspeitos inferirem que, por meio do seu depoimento, o mediador tomou ciência da situação e iniciou os trabalhos de intervenção. Segundo Avilés (2011), existem dois tipos diferentes de alvos, o passivo e o provocador, e, por isso, as situações não devem ser conduzidas da mesma forma, uma vez que têm perfis de personalidade próprios. No primeiro caso, o mediador tem o papel de dar apoio, desenvolver estratégias de assertividade e expressão de sentimentos. É importante informá-los de que eles mesmos podem fazer muito para que a situação melhore. As entrevistas precisam ter, como finalidade, o levantamento de condutas assertivas, no intuito de construir um repertório de atitudes de enfrentamento às situações de agressão. Já o provocador precisa saber que seu comportamento dispara as intimidações e que, também, necessita mudar sua postura. O mediador deve estabelecer uma relação de confiança e promover uma reflexão acerca das atitudes que o alvo tem utilizado para ser popular ou integrar um grupo de pares e buscar outras maneiras de agir.

Avilés (2011) sugere que a segunda rodada de encontros deve acontecer no máximo uma semana depois da primeira e tem o intuito de verificar se cada um dos participantes conseguiu aceitar os acordos de reparação e cumprir com suas propostas de solução. Se o caso não estiver resolvido, as sessões educativas e formativas continuarão a cada semana, individualmente, seguindo os procedimentos mencionados anteriormente.

Com a solução da situação, é iniciada a preparação para o encontro do grupo de autores com o alvo, se este desejar e estiver preparado para a reunião. Essa etapa só poderá ocorrer se este se sentir fortalecido o suficiente para encarar o grupo e é ele quem decide se quer e se está pronto para esse momento.



Antes da reunião com todos os envolvidos, é necessário primeiro um encontro apenas com o grupo autor para saber como estão os acordos. Todos são ouvidos e, se surgirem dificuldades, é sugerida uma reflexão sobre o que pode ser feito adiante. Mas é necessário conscientizá-los de que qualquer solução deve ter o reconhecimento de que suas atitudes mudaram e, portanto, uma reunião com a vítima se torna importante para ratificar isso. No encontro, é necessário que apontem os pontos positivos dela e a vontade da mudança das próprias atitudes.

Na data acordada para o encontro, o alvo é chamado por último para integrar o grupo. É importante organizar previamente o espaço físico, de modo que ele não passe pelo meio do grupo para se sentar e esteja ao lado do mediador na “roda de conversa”. Durante a sessão, os suspeitos expõem o que pensam sobre o alvo, que nesse primeiro momento apenas escuta. Na sequência, o mediador pergunta o que ele tem a dizer sobre a situação e ele se coloca na frente dos colegas, que após a sua fala terão a palavra novamente com o intuito de expressar de forma livre quais são as dificuldades.

O educador que faz a mediação do processo tem o papel de facilitar a comunicação entre as partes, evidenciando as situações positivas e ajudando na definição do turno de fala para que todos tenham a oportunidade de falar e sejam ouvidos de acordo com as suas necessidades. Além disso, deve elogiar descritivamente as medidas tomadas por todos, os esforços para cumprir as promessas feitas e sugerir maneiras para manutenção dessa mudança de atitude com o compromisso de conservação dos comportamentos assertivos. No momento em que todas as partes chegaram à reconciliação, o mediador deve questionar: “O que faremos se alguém não mantiver o combinado?”. Os estudantes poderão propor soluções, desde que incidam sobre as causas, para resolver essa questão. É interessante que cada um esteja atento às atitudes uns dos outros e cientes de que, se o bullying não acabar, outras medidas deverão ser tomadas pela escola.

Por fim, o mediador deverá se reunir com o grupo dos autores periodicamente para fazer uma análise dos acordos, avaliar os progressos alcançados e felicitá-los pelas suas condutas (JIMÉNEZ; CASTELLANOS; CHAUX, 2009). É importante ressaltar que o educador deve oportunizar a construção do valor de tolerância com os estudantes, aceitando os erros uns dos outros e a necessidade de todos conviverem sem obrigatoriamente serem amigos.



Em suma, o protocolo do Método de Preocupação Compartilhada pode ser desenvolvido em cinco etapas, contabilizando o encontro do mediador com o grupo antes de chamar a vítima e a etapa ao final para parabenizar o grupo por suas mudanças de atitudes (JIMÉNEZ; CASTELLANOS; CHAUX, 2009).

Método

A coleta de dados de observação e aplicação do Método de Preocupação Compartilhada ocorreram em uma escola da rede privada, na cidade de São Paulo, que atende à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e ao Médio. Os estudantes pertencem a um nível socioeconômico médio-alto, pagam mensalidades e frequentam a escola no sistema de meio período ou integral, se assim contratarem esse serviço. Nessa escola, os estudantes do 6º ano do Fundamental II à 1ª série do Ensino Médio participam de uma aula inserida no currículo denominada de Orientação Educacional, na qual são tratados temas da adolescência, orientações para estudo e, também, assuntos trazidos por eles sobre as relações interpessoais, dentre eles, o bullying, o que demonstra a relevância do tema.

A pesquisa tem o objetivo de analisar e discutir a aplicabilidade deste Método na instituição descrita acima e contribuir para o aumento do acervo de trabalhos na língua portuguesa, que é escasso. Com o intuito de atingir os objetivos, foi escolhido o relato de experiência, que é a descrição completa de uma prática em uma determinada área de atuação.

A amostra deste estudo foi composta por cinco entrevistas, com estudantes de 8º ano, e foi analisada qualitativamente, levando em consideração os pressupostos teóricos.

Relato de experiência

Este artigo é um relato de experiência a partir do registro dos atendimentos realizados por um educador que mediou um caso escolar, desde o atendimento aos pais do alvo até os encontros individuais com os suspeitos. Não foi disponibilizado o registro da entrevista de segmento com o alvo e o encontro dele com o grupo, pois essa etapa foi posterior à escrita do presente estudo.

Em meados de 2018, duas estudantes se aproximaram dos orientadores para informar um caso de intimidação que estava



ocorrendo na sala de aula. De acordo com o relato, alguns estudantes faziam sons de animal cada vez que uma colega falava em voz alta, deixando-a constrangida, com medo e ridicularizando-a perante o grupo. Após essa informação, um dos orientadores buscou outros estudantes, professores e funcionários da escola para investigar e comprovar que se tratava de um caso de bullying. Ao final desse período de averiguação, a estudante revelou medo de frequentar as aulas. Com isso, identificou-se desigualdade de poder entre o grupo suspeito e a alvo, a agressão ocorria frequentemente entre os pares, por isso o caso foi qualificado como bullying.

A partir dessa constatação, foi acordado entre os orientadores a necessidade da utilização do Método de Preocupação Compartilhada com os estudantes participantes da situação, pois, como o nome do procedimento sugere, é um cuidado com todas as partes envolvidas no caso.

Na etapa inicial, o mediador consultou o alvo e perguntou se ele aceitaria a intervenção da escola nessa situação. Não obtendo resposta, solicitou que levasse a situação para a família e que retornasse com a informação para ser dado início ao Método. Após o retorno afirmativo, o mediador convocou uma reunião com os pais para informá-los sobre o ocorrido e quais medidas a escola tomaria; além disso, informou os procedimentos do MPC. Após essa etapa, foram iniciadas as reuniões com os estudantes; em todos os encontros, foi perguntado se aceitariam ou não participar daquele processo e nenhum deles se opôs.

O grupo dos autores era formado por estudantes com idades entre 13 e 14 anos. Além deles, foi identificado um outro colega que participava como espectador direto, ou seja, não era responsável pela prática do bullying, porém validava as ações de intimidação e não apresentava postura de defesa do alvo.

Nas entrevistas com os suspeitos, apenas um justificou a agressão, dizendo que era uma “brincadeira” entre ele e os colegas, que não tinha relação com outra pessoa da turma e que não sabia quem poderia estar se sentindo desrespeitado com suas atitudes. Foi necessário interromper a entrevista e retomar com esse autor no dia seguinte, que posteriormente assumiu o fato e contou o ocorrido. Outros três assumiram o fato e o descreveram exatamente como identificado na etapa da coleta de dados, porém não conseguiram reconhecer o sofrimento da vítima, afirmaram não perceber que estavam sendo violentos ao ponto de fragilizar



a outra parte. Todos se propuseram a mudar de atitude, não apresentar mais comportamentos que geravam tristeza à colega.

Análise dos dados

A partir de observações e dos registros apresentados acima, foram elaboradas duas categorias de análise com relação ao emprego do MPC:

1. **Estrutura física e pessoal da instituição:** analisar se a escola em questão oferece condições, em termos de estrutura física e pessoal, para a aplicação do Método com todas as suas especificidades.

2. **Atuação do mediador:** analisar se o Método foi aplicado com coerência, de acordo com as premissas indicadas pelo autor; se o mediador se preparou para a aplicação do Método, estudou os procedimentos, avaliou as informações com a equipe e planejou as ações; quais foram os avanços e dificuldades observadas; se o tempo foi suficiente.

A seguir discutiremos cada uma das categorias.

1. Estrutura física e de pessoal da instituição

Foi observado que a instituição possui uma estrutura física adequada para o desenvolvimento do MPC. Constatou-se que o mediador utilizou a sala da orientação para fazer as entrevistas, um ambiente equipado com sofá e cadeiras para receber todos os estudantes que necessitam de apoio ou sessões de diálogo como no MPC. Porém ocorreram interrupções durante as entrevistas, já que a sala é muito próxima das salas dos estudantes e eles se sentem muito à vontade para entrar, solicitar ajuda, falar sobre dificuldades.

Além disso, observou-se que a escola dispõe de monitores de pátio, funcionários que auxiliam na organização escolar. Ao iniciar o protocolo de ação do MPC, um funcionário da escola ficou responsável por convocar os autores na sala de aula, acompanhá-los até a coordenação e levá-los de volta à sala de aula. Nesse caso, todos os envolvidos eram alunos da mesma turma, fato que não impediu a troca de olhares entre eles.



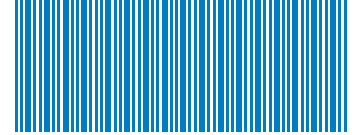
Nesse sentido, avaliamos a estrutura física e o pessoal da instituição como parcialmente adequados para os atendimentos durante as etapas do MPC, devido às interrupções que ocorreram.

2. Atuação do mediador

Foi constatado que, antes de colocar o Método em prática, o mediador se preparou para as entrevistas, coletando informações sobre a relação do grupo e do alvo, certificando-se de que o caso necessitava desse tipo de protocolo. Além disso, o educador responsável por todo o processo participou de cursos de formação, estudou anteriormente o MPC por meio de artigos que descreviam o processo, buscando sempre, após cada etapa concluída, retomar os pressupostos teóricos para que fosse o mais fidedigno possível.

O protocolo teve início somente após a conversa inicial com o alvo, perguntando se aceitaria a mediação, com seus pais, para autorizarem o procedimento, e novamente com ele para explicar como seria a intervenção da escola nesse caso. Algumas questões foram observadas nessa etapa e corroboram as características de alvos de bullying. O estudante era recém-chegado à escola, apresentava perfil introvertido, manifestava sentimento de insegurança, ao ponto de durante a primeira entrevista solicitar o acompanhamento de outro estudante para se sentir mais à vontade. Estudos indicam (TOGNETTA; VINHA, 2010b) que autores de bullying escolhem intencionalmente seus alvos e estes parecem concordar com a imagem que lhe é atribuída, ou seja, o alvo se sente diferente por alguma característica física ou emocional, pela maneira como se relaciona com as pessoas, pelos trejeitos ou por se sentir inseguro com relação aos outros e ao respeito que nutre por si mesmo.

Após essa etapa, os intimidadores foram convocados um a um para as entrevistas. No início, houve a indicação de um estudante como suspeito, mas após alguns atendimentos foi esclarecido que este era um espectador que participava diretamente das agressões. Quando questionado, o estudante apresentou claramente justificativas que correspondem a mecanismos de desengajamento moral, como Minimização, Ignorância ou Distorção de consequências (AZZI, 2011), ao responder que preferia ficar ao lado dos autores, pois eles eram seus amigos, estavam em maior número e que nem eram tão próximos, ou seja, nessa categoria de desengajamento, os fins justificam os meios, se faz o mal pelo bem ao outro.



O ambiente utilizado para as entrevistas foi a sala da orientação; mediador e estudantes permaneceram sentados durante a entrevista, todos no mesmo nível, o mediador permaneceu o processo todo olhando nos olhos dos autores. Todas as entrevistas iniciaram com o mediador perguntando: “Ouvi dizer que está havendo um problema na sua sala, alguns estudantes estão intimidando um colega com comentários e com a emissão de sons de animais, é verdade? Você é parte desse grupo?”. Por vezes, utilizou a técnica de Escuta Ativa (GORDON, 1985 apud VINHA, 2000), parafraseando e resumindo o que era relatado, como: “Então você relata que juntamente com outros alunos tem tido atitudes desrespeitosas com a vítima?”. Os autores assumiram o envolvimento nas situações descritas e conseguiram descrever os momentos de intimidação, porém não conseguiram reconhecer o sofrimento de quem é alvo. Essa característica corresponde ao que pesquisas apontam: os autores têm competência moral para julgar, mas faltam compaixão moral e sensibilidade (GINI; POZZOLI; HAUSER, 2010, apud BOMFIM, 2019).

Cada integrante do grupo foi ouvido individualmente, sem que tivessem contato entre uma entrevista e outra. Não foi contabilizado o tempo de cada entrevista, mas todos os quatro suspeitos e o espectador direto foram atendidos no tempo total de uma aula, ou seja, 45 minutos – o que sugere o cumprimento do estipulado pelo protocolo, que propõe conversas de, no máximo, 7 minutos. A vítima foi ouvida duas vezes, uma antes de todos os intimidadores, não no mesmo dia, mas alguns dias antes do início dos encontros sistemáticos – procedimento este que a protege, no sentido de não ser pressionada pelos colegas –, e na reunião de acompanhamento.

Os encontros de acompanhamento do caso aconteceram uma semana após as primeiras, no sentido de verificar se os estudantes cumpriram o que eles mesmos definiram com o mediador como estratégia de ação. Além disso, as entrevistas tinham o objetivo de avaliar se o alvo se sentia respeitado pelos suspeitos após a intervenção e se situações de intimidação cessaram, além da superação do problema. Nesse ponto, foram observados pequenos avanços, como aumento do sentimento de segurança na perspectiva do alvo, bem como a vontade de permanecer na escola.

A situação com a vítima melhorou; porém sabemos que pouco tempo depois os mesmos alunos se envolveram em outra situação de agressão com um novo alvo. Fato que é previsível,



uma vez que os jovens que praticam o bullying estão à procura de reconhecerem o próprio valor, porém apresentam uma hierarquia de valores invertida e carecem de sensibilidade moral (TOGNETTA; VINHA; MARTÍNEZ, 2014). É preciso tempo para a realização de um trabalho que favoreça o desenvolvimento de personalidades éticas, para que haja alterações significativas de comportamentos. Essas mudanças não são imediatas, pois se trata de um processo formativo, ou seja, é necessário um trabalho coordenado e constante, vislumbrando a construção de valores morais e a mudança das autorrepresentações dos envolvidos, ou seja, de como eles se veem e como querem ser vistos pelos outros.

Com relação ao alvo, a escola não realizou um trabalho de fortalecimento individualizado, e ele também não se sentiu confortável o suficiente para realizar o encontro com os suspeitos. Esse momento seria fundamental no procedimento, para que o alvo pudesse enfrentá-los sem se sentir intimidado. Contudo, sabemos que isso é um processo de construção contínuo e pode levar muito tempo, até que o alvo tenha força suficiente para encarar as pessoas que o incomodam. Dessa forma, a intervenção sugerida com o alvo e os protocolos finais do caso não foram coerentes com o Método, pois faltou a reunião do grupo com o sujeito vitimizado e um trabalho contínuo, visando ao seu fortalecimento emocional.

Discussões

Apesar das ações corresponderem parcialmente às etapas indicadas no MPC, observamos um avanço da instituição ao usar tal procedimento de intervenção. Isso porque outro ponto importante a ser levantado é que as instituições de ensino, quando se deparam com uma situação de bullying ou cyberbullying, em sua maioria partem para sanções expiatórias e punitivas aos autores suspeitos, sem que haja uma reflexão sobre o fato. Ou seja, perdem a oportunidade de se colocarem no lugar do outro e desenvolver a capacidade de sensibilidade moral. Além disso, é comum a escola se preocupar apenas com o acolhimento dos sentimentos do alvo, geralmente não existe uma sistematização de ações que atenda às demandas tanto do praticante quanto do que se vê com menor valor. O atendimento e a preocupação com os dois lados, em uma situação de bullying, podem fazer com que a vítima se fortaleça e se proteja em futuras abordagens de violência como essa e os autores tenham a oportunidade de se sensibilizarem e buscarem imagens positivas de si atreladas a valores morais.



Pikas (2020, p. 15) relata que “a escuta atenta e sem preconceitos fará com que mesmo aqueles alunos mais violentos se modifiquem; afinal, provavelmente nunca experimentaram isso antes”. Mas Tognetta (2020) aponta que essa característica do Método foi criticada, por ser considerada uma abordagem sem culpa, que os autores não são responsabilizados pelas suas atitudes. Além dessa, Tognetta (2020) aponta outras duas críticas que foram atribuídas ao protocolo: a de que nem todo caso de bullying é visto pelo professor, o que tornaria difícil cumprir as etapas, e que não há eficácia nesse processo, pois o suspeito pode não tomar consciência de suas ações, mesmo sendo chamado a reparar os seus erros e sendo submetido às sanções. Entretanto, essas observações não impediram que o Método fosse adotado com repercussão positiva em países como Austrália, Espanha, Inglaterra e Finlândia, como uma ferramenta de combate ao bullying.

A falta de percepção com relação ao outro é discutida por Tognetta e Vinha (2010a) em uma pesquisa realizada com adolescentes de 14 a 16 anos em instituições públicas e privadas. Os estudantes responderam à pergunta: “O que uma pessoa faz que lhe deixa indignado?”; dos 150 jovens que responderam a essa questão, 35,33% apontaram perspectivas individualistas, ou seja, se indignam quando os seus direitos são violados. Outros 40,66% deram respostas que demonstram preocupação com pessoas próximas, amigos ou familiares, e apenas 24% das respostas indicam tomada de perspectiva do outro, qualquer outro, assimilando ações aos valores morais como honestidade, justiça, respeito, igualdade, dignidade e não violência. Esse recorte nos remete à falta da condição de se colocar no lugar do outro, entender outros pontos de vista, e que a moral desses jovens está restrita à esfera privada.

Além disso, sabemos que os atendimentos individualizados com os envolvidos em casos de bullying são importantes para a solução do problema, quando já instaurado, porém não dão conta de prevenir as situações de violência entre pares ou outras formas de desrespeito. É importante que as instituições desenvolvam, também, trabalhos preventivos e ações de fomento ao respeito do outro e de si, visando a construção de valores morais; ou seja, é necessário um espaço instituído no currículo em que os alunos possam refletir sobre as questões relacionadas aos conflitos interpessoais, por meio de discussões de casos hipotéticos ou filmes, jogos de expressão de sentimentos, realização de assembleias ou rodas de diálogo etc.



Isso porque, de acordo com Piaget (1976), esse aprendizado se dá por meio do processo de constante equilíbrio e desequilíbrio, com o indivíduo organizando internamente o que foi assimilado para depois adquirir novos conhecimentos, alterando os seus esquemas cognitivos. Nesse sentido, o professor tem o papel importante de favorecer o desequilíbrio cognitivo e a construção do conhecimento por meio de situações em que os alunos possam pensar, agir, compartilhar o conhecimento que têm, refletindo e interagindo com o outro e superando desafios naquilo que é objeto do conhecimento, a moral. Segundo Piaget (apud RAMOS, 2013, p. 11),

[...] o equilíbrio faz parte do desenvolvimento, sendo uma propriedade intrínseca e constitutiva da vida orgânica e mental, enquanto a aprendizagem constitui um dos aspectos do desenvolvimento e se caracteriza pela modificação (equilibrada) do comportamento, em correspondência com as aquisições advindas da experiência. A adaptação, tanto no ambiente físico como no social, coloca constantemente o sujeito em processos de desequilíbrios do organismo, e buscando por comportamentos mais adaptativos. Esse processo é dividido em dois conceitos básicos: a assimilação e a acomodação.

Os processos de assimilação e acomodação são fundamentais tanto para a aprendizagem de um conteúdo acadêmico quanto para a aprendizagem de uma convivência mais respeitosa. É preciso estarmos atentos à qualidade do clima sociomoral da escola, ou seja, oferecer um ambiente cooperativo (ou comunidade justa) na instituição como um todo. O ambiente sociomoral cooperativo contempla a melhoria da qualidade das relações entre os atores escolares (professores, gestores, funcionários, pais, alunos), formas democráticas de participação e ações pautadas nos valores e princípios da escola que abarcam o sentido de comunidade. De acordo com Weinstein e Novodvorsky (2015), o ambiente cooperativo proporciona subsídios aos estudantes para que desenvolvam um plano de ação; de coordenar esforços na direção de um objetivo comum; de avaliar as contribuições de seus colegas e oferecer retorno de modo construtivo; de monitorar o progresso dos indivíduos na direção do grupo; de resumir e sintetizar os esforços individuais, coordenando esforços para que seu grupo seja bem-sucedido.

Pesquisas nacionais e internacionais (AVILÉS, 2018; BOZZA; VINHA; TOGNETTA, 2014) corroboram a premissa de que há necessidade de formação dos pares para atuarem em casos de conflitos e intimidação. Tognetta e Vinha (2010a) apresentam um estudo, realizado em 2007, com adolescentes que sofriam com



menosprezos e ameaças dos colegas de forma constante ou eventual; em ambos os casos, os jovens relataram que contariam essa situação aos colegas, 76% e 52%, respectivamente. Livingstone et al. (2011) realizaram uma pesquisa, em 25 países, que perguntava aos estudantes para quem eles contavam, quando eram alvos de violência dentro da escola. Os resultados apontam que 52% dos jovens contam aos amigos e apenas 7% recorrem aos professores. Por isso, a instrumentalização dos pares para lidarem com tais situações é necessária, e isso pode ser feito por meio da formação de Equipes de Ajuda, uma das práticas de sistema de apoio entre pares apresentada por Avilés (2018).

Dessa forma, reiteramos a necessidade de ações educativas complementares para a prevenção e combate ao bullying, como a formação de estudantes para atuarem ante as situações de maus-tratos e adultos capacitados para empregar o MPC e intervir de forma assertiva.

Considerações finais

O MPC é uma ação educativa utilizada após a suspeita ou constatação de um caso de bullying, situação que cumpre, portanto, todos os critérios que compõem as características desse fenômeno. Esse protocolo é utilizado desde o seu desenvolvimento no ano de 1989, por Anatol Pikas, e tem o foco em soluções que atendam aos dois lados, autor suspeito e alvo (AVILÉS, 2011). Porém o Método não é a única ação necessária para atender às especificidades relacionadas à convivência entre as crianças e jovens, pois, como exposto anteriormente no presente artigo, existem outros tipos de problemas de convivência, como indisciplina ou incivildades, que não são atendidos por meio desse protocolo.

Diante do exposto, o presente trabalho teve como objetivo discutir o emprego de uma das ações educativas necessárias para a superação do bullying, o MPC. Foi avaliada a coerência com as orientações obtidas nas referências bibliográficas do tema, com relação à estrutura física e ao pessoal da instituição, à atuação do mediador no que diz respeito ao tempo de entrevistas, ao preparo do educador mediador e aos avanços e dificuldades observadas. A análise realizada indica uma correspondência parcial entre os pressupostos e etapas do Método com a ação desenvolvida na instituição participante.



O artigo propôs apresentar aos educadores outras perspectivas de atuação, diferentes das sanções expiatórias usualmente empregadas, que levam em consideração apenas os autores como responsáveis pelo bullying. O MPC traz a importância de envolver os distintos personagens participantes dessas situações e a possibilidade de abordar o tema com os suspeitos e alvos, fazendo intervenções mais eficazes que objetivam o fortalecimento do alvo e a sensibilidade e necessidade de reparação da outra parte. Reiteramos que essas ações sistematizadas não atuam na prevenção do fenômeno; são protocolos utilizados nos casos em investigação ou já instaurados de bullying.

Ressaltamos que o artigo traz uma análise de apenas um caso. Recomenda-se uma análise realizada com uma amostra maior, abarcando um número maior de entrevistas e outras escolas do contexto brasileiro, para um estudo mais conclusivo e abrangente sobre o tema. Sabemos que é um tema novo no Brasil, e a ausência de um acervo literário sobre o MPC em língua portuguesa dificulta o estudo e a inserção dessa prática nas escolas do país. Por isso, enfatizamos a importância de novas publicações nacionais sobre o assunto e divulgação e estudo do Método nas escolas ou cursos de formação de educadores, para que possam conhecer práticas mais eficazes, do ponto de vista científico, de combate e intervenção ao bullying. Sugerimos, também, pesquisas futuras e instrumentos desenvolvidos para avaliar o impacto do Método no contexto brasileiro, uma vez que podem existir diferenças se compararmos com os estudos europeus.

REFERÊNCIAS

AVILÉS, J.M.M. *Bullying: intimidación y maltrato entre el alumnado*. Espanha: Editora Stee-Eilas, 2011.

_____. *Os sistemas de apoio entre iguais na escola: das equipes de ajuda à cybermentoria*. Americana: Adonis, 2018.

AZZI, R.G. Desengajamento moral na perspectiva da teoria social cognitiva. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 31, n. 2, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_



arttext&pid=S1414-98932011000200002>. Acesso em: 7 mar. 2019.

BOMFIM, S.A.B. *Respeito, justiça e solidariedade no coração de quem ajuda: valores morais e protagonismo entre alunos para combater o bullying*. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/181390>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

BOZZA, T.C.L.; VINHA, T.P.; TOGNETTA, L.R.P. *Esses adolescentes de hoje ... convivem com Bullying na escola?* In: TOGNETTA, L. R. P.; VINCENTIN, V. F. (Org.). *Esses adolescentes de hoje ... o desafio de educar moralmente para que a convivência na escola seja um valor*. Americana: Editora Adonis, 2014. pp. 210-212.

BRASIL. *Lei 13185, de 06 de novembro de 2015*. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm>. Acesso em: 23 jan. 2019.

_____. Ministério da Educação. *MEC apoia enfrentamento ao Bullying e violência nas escolas*. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34487>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

GARCIA, J.A. Indisciplina, incivilidade e cidadania na escola. *Educação Temática Digital*, Campinas, v. 8, n. 1, pp. 121-130, dez. 2006. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Pedagogia/aindisccidadaniaesc.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2019.

JIMÉNEZ, M.; CASTELLANOS, M.; CHAUX E. Manejo de casos de intimidación escolar: método de preocupación compartida. *Pensamiento Psicológico*, Cali, v. 6, n. 13, pp. 69-86, 2009. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=80112469006>>. Acesso em: 20 mar. 2019.



KELTNER, D.; CAPPS, L.; KRING, A.M.; YOUNG, R.C.; HEEREY, E.A. Just teasing: a conceptual analysis and empirical review. *Psychological Bulletin*, Rockville Pike (MD/USA), v. 127, n. 2, pp. 229-248, mar. 2001. Disponível em: <<https://esilab.berkeley.edu/wp-content/uploads/2017/12/Teasing-Review.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2019.

LEME, M.I.S. Violência e educação: a percepção de pré-adolescentes sobre a autoridade da escola e da família no conflito interpessoal. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 17, n. 2, pp. 359-370, 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v17n2/v17n2a08.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

LIVINGSTONE, S. et al. Risks and safety on the internet: the perspective of European children: full findings and policy implications from the EU Kids Online survey of 9-16 year olds and their parents in 25 countries. *Pesquisa on line*, Londres, pp. 70-71, ago. 2012. Disponível em: <<http://eprints.lse.ac.uk/33731/1/Risks%20and%20safety%20on%20the%20internet%28sero%29.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2019.

MARQUES, C.A.E. *Conflitos entre alunos de 11 e 12 anos: causas, estratégias e finalizações*. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Unicamp, Campinas, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/254136/1/Marques_CarolinadeAragaoEscher_D.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

OLIVEIRA, M.T.A. *Conflitos entre alunos de 13 e 14 anos: causas, estratégias e finalizações*. 2015. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, Campinas, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/322081>>. Acesso em: 10 out. 2019.

OLWEUS, D. *Conductas de acoso y amenaza entre escolares*. Madrid: Morata, 1998.

PIAGET, J. *A equilibração das estruturas cognitivas: problema central de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.



_____. *O juízo moral na criança*. São Paulo: Editora Summus, 1994.

PIKAS, A. A vantagem do método de preocupação compartilhada. In: TOGNETTA, L. R. P. *Quando a preocupação é compartilhada: intervenções aos casos de bullying*. Americana: Adonis, 2020. pp. 11-15.

_____. New developments of the shared concern method. *School Psychology International*, Londres, v. 23, n. 3, pp. 307-326, 2002. Disponível em: <http://www.pikas.se/SCm/Anatol_SchPs_Inter2002.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.

PIKAS, A.; TOGNETTA, L.R.P. Projeto anti-bullying. Solução que vem da Europa. *Revista Gestão Educacional*, ano 8, n. 95, pp. 34-35, abr. 2013.

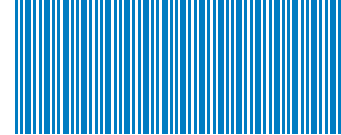
RAMOS A. *As relações interpessoais em classes “difíceis” e “não difíceis” no Ensino Fundamental II: um olhar construtivista*. 2013. Tese (Doutorado) – UNICAMP, Campinas 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/251098>>. Acesso em: 12 out. 2019.

SILVA, L.M.F. *Conflitos entre alunos de 8 e 9 anos: causas, estratégias e finalizações*. 2014. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/254148>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

TOGNETTA, L.R.P. *Bullying: quem tem medo?: uma proposta de implantação de um programa em que a convivência entre as crianças na escola seja um valor*. Americana: Adonis, 2015.

_____. *Quando a preocupação é compartilhada: intervenções aos casos de bullying*. Americana: Adonis, 2020.

TOGNETTA, L.R.P.; VINHA, T.P. Até quando? Bullying na escola que prega a inclusão social. *Revista Educação*, Santa Maria, v. 35, n. 3, pp. 449-464, set./dez. 2010 b. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/2354>>. Acesso em: 18 out. 2019.



TOGNETTA, L.R.P.; VINHA, T.P. Bullying e violência na escola: entre o que se deseja e o que realmente se faz. In: ACTAS DO 8º CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA DA SAÚDE: SAÚDE, SEXUALIDADE E GÊNERO, 8, Lisboa, Portugal. *Anais eletrônicos* [...]. Portugal: Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 2010. pp. 495-503.

TOGNETTA, L.R.P.; VINHA, T.P.; MARTÍNEZ, J.M.A. Bullying e a negação da convivência ética: quando a violência é um valor. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, v. 7, n. 1, pp. 315-322, 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3498/349851791032.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2019.

VINHA, T.P. *O educador e a moralidade infantil: uma visão construtivista*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000.

VINHA, T.P. et al. *Da escola para a vida em sociedade*. Americana: Editora Adonis, 2017.

WEINSTEIN, C.; NOVODVORSKY, I. *Gestão da Sala de aula*. Porto Alegre: AMGH Editora, 2015.

Recebido em: 05/11/2020.

Aceito em: 14/12/2020.

